

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO INTRATÓPICA EM CARTAS DE REDATOR DE JORNAIS PAULISTAS DO SÉCULO XIX

Eduardo Penhavel¹

Isa Caroline Aguiar Zanin²

RESUMO: Na área de Linguística, particularmente na subárea de Linguística Textual, considera-se que um dos processos centrais de construção de textos é o que se denomina de *organização tópica*. Esse processo consiste na organização de um texto em tópicos (temas) hierarquicamente inter-relacionados e na construção e linearização de grupos de enunciados que desenvolvem esses tópicos. Chama-se de *organização intratópica* a combinação de enunciados dentro dos grupos que desenvolvem os tópicos mais específicos da hierarquização tópica de um texto. O objetivo deste trabalho é analisar a organização intratópica de cartas de redator publicadas em jornais paulistas no século XIX. O quadro teórico adotado é o da Gramática Textual-Interativa, uma vertente da Linguística Textual, e as cartas analisadas são extraídas do corpus do Projeto para a História do Português Brasileiro. Os resultados indicam que tais cartas seguem uma regra geral de organização intratópica, a qual prediz a construção de cartas mediante o encadeamento das unidades intratópicas de Contextualização, Comunicação e Discussão Tópica. A distinção entre essas unidades estaria apoiada na oposição entre diferentes tipos de atos de fala e entre diferentes formas de referência tópica.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Textual; Organização tópica; Tópico discursivo.

ABSTRACT: In the area of Linguistics, particularly in the subarea of Text Linguistics, the so-called *topic organization* is considered one of the central processes of text construction. Topic organization is the organization of a text into hierarchically inter-related topics (themes) and the construction and sequencing of groups of utterances that develop these topics. As part of this process, *intratopic organization* is the combination of utterances inside the groups that develop the most specific topics of a text. This paper analyzes the intratopic organization of editor's letters published in newspapers of the State of São Paulo in the 19th century. The theoretical framework is Textual-Interactive Grammar, a branch of Text Linguistics, and the letters under analysis integrate the *corpus* of an interinstitutional research called *Project for the History of Brazilian Portuguese*. The results indicate that these letters follow a general rule of intratopic organization, which predicts the construction of letters through the sequencing of three units, namely Topic Contextualization, Communication and Discussion. The strategy for differentiating these units is based on oppositions among different types of speech acts and among different devices of topic reference.

KEYWORDS: Text Linguistics; Topic organization; Discourse topic.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de São José do Rio Preto, SP, Brasil. E-mail: eduardo.penhavel@unesp.br.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto, SP, Brasil. E-mail: isa-zanin@hotmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho insere-se na área de Linguística Textual, particularmente no âmbito de sua vertente conhecida como *Gramática Textual-Interativa* (doravante GTI – cf. JUBRAN; KOCH, 2006; JUBRAN, 2007), quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, investigando processos de construção textual e expressões linguísticas que os gerenciam. Os processos estudados pela GTI compreendem a *organização tópica*, a *referenciação*, o *parafraseamento*, a *parentetização*, a *repetição* e a *correção*, e as expressões linguísticas que os gerenciam constituem os chamados *marcadores discursivos*.

Abordamos aqui a organização tópica, processo central de construção do texto para a GTI. Trata-se da organização do texto em (sub)partes, em termos de estruturação temática, o que compreende: (i) a organização do texto conforme uma rede de tópicos (temas) hierarquicamente inter-relacionados; (ii) a construção de grupos de enunciados que desenvolvem esses tópicos; (iii) a articulação linear entres esses grupos de enunciados.

Os grupos de enunciados que desenvolvem os tópicos são chamados de *Segmentos Tópicos* (SegTs) – os grupos que desenvolvem os tópicos mais específicos da hierarquização tópica são chamados de *SegTs mínimos*. São distinguidos dois níveis de organização tópica: (i) a *organização intertópica*, que compreende o relacionamento *entre* tópicos e *entre* seus respectivos SegTs – inclusive entre SegTs mínimos; (ii) a *organização intratópica*, que é a combinação de (grupos de) enunciados *dentro* de SegTs mínimos.

Neste artigo, tratamos desse segundo nível da organização tópica. Nosso objetivo é analisar o processo de organização intratópica de cartas de redator publicadas em jornais paulistas no século XIX. O exemplo em (1) ilustra uma das cartas do nosso material de análise, para que se tenha uma visão do tipo de texto a ser discutido aqui; a carta focaliza um único tópico (*Incorreções que têm aparecido no jornal*) e contém, assim, um único SegT mínimo (que coincide com a própria carta inteira), permitindo também que se visualize essa unidade de análise aqui em questão:

- (1) Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D'ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer (Correio Paulistano, 07/07/1854).

O artigo ora apresentado filia-se simultaneamente a duas frentes de investigação: (i) a teorização acerca do processo de organização intratópica; (ii) o estudo histórico do português brasileiro. A primeira delas assenta-se no trabalho de Penhavel (2010), que atesta expressiva

regularidade no processo de organização intratópica em relatos de opinião, ao identificar a existência de uma regra geral de organização intratópica nesse gênero textual. A partir dessa constatação, o autor formula a hipótese de que a organização intratópica, nos diversos gêneros textuais, seria também um processo sistemático, passível de descrição em termos de regras gerais. De acordo com essa hipótese, cada gênero (ou modalidade de gênero, por exemplo, modalidade predominantemente argumentativa, narrativa etc.) seguiria uma determinada regra. Com base nessa perspectiva, o autor propõe um programa de pesquisa voltado para a análise da organização intratópica em diferentes gêneros textuais, com o objetivo de investigar tal hipótese e, no caso de sua confirmação, identificar um inventário, o mais completo possível, das regras de organização intratópica com as quais os falantes lidam na construção e na interpretação de textos.

O presente artigo insere-se nesse contexto de investigação. Nossa análise, ao tratar de cartas de redator, incide sobre um gênero ainda não descrito no referido programa e indica a existência de uma regra geral nesse material. Desse modo, esperamos contribuir para a corroboração da hipótese da sistematicidade da organização intratópica e para o empreendimento da identificação de diferentes regras gerais que norteiam esse processo.

Paralelamente, este trabalho vincula-se a um projeto de pesquisa interinstitucional, desenvolvido no Brasil, conhecido como “Projeto para a História do Português Brasileiro” (cf. CASTILHO, 1998). Esse projeto inclui a análise da diacronia de diversos fenômenos linguísticos do português, conforme seu desenvolvimento em diferentes estados do país. Um conjunto de pesquisas dedica-se à diacronia de processos de construção textual. Tais pesquisas, nas quais a diacronia de um dado processo é sempre examinada como parte da evolução histórica de determinado gênero textual, incluem, dentre outros, o *estudo da diacronia da organização tópica na esfera da história de cartas de redator/editoriais*.

Nosso trabalho filia-se a esse estudo, focalizando o funcionamento de um dos níveis da organização tópica, em cartas de redator publicadas em um dos períodos históricos previstos pelo estudo. O propósito aqui, a esse respeito, é oferecer resultados que possam ser comparados aos de trabalhos voltados a outras sincronias, contribuindo para a descrição da diacronia da organização tópica em cartas de redator/editoriais e, enfim, para o traçado da história do português brasileiro.

Feitas estas considerações iniciais, sintetizamos, na seção 1, os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho, apresentamos, na seção 2, nossa análise de dados e, por fim, elaboramos as considerações finais.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A GTI inscreve-se em um paradigma teórico que assume a linguagem verbal como uma forma de interação social, pela qual interlocutores realizam tarefas comunicativas de troca de representações, executam metas, manipulam interesses, no contexto de um espaço discursivo sempre orientado para os parceiros da comunicação, isto é, num contexto em que os interlocutores se situam reciprocamente, em função de suas visões mútuas sobre papéis sociais, conhecimentos de mundo, atitudes, propósitos e reações assumidas no intercâmbio linguístico (JUBRAN, 2006a, 2007).

Alinhada a essa visão dialógica de linguagem, a GTI concebe o texto, seu objeto de estudo, como uma combinação de enunciados interacionalmente significativa, um complexo de enunciados cujo processamento (construção e interpretação) constitui uma “atividade sócio-comunicativa, que mobiliza um conjunto de conhecimentos não só de ordem lingüístico-textual, como também interacional, a respeito do jogo de atuação comunicativa que se realiza pela linguagem” (JUBRAN, 2007, p. 313).

Como desdobramento dessas noções de língua e de texto, a GTI estabelece uma série de princípios teórico-metodológicos para estudo do texto, especificamente para estudo de *processos de construção textual*. Um primeiro princípio é o de que os processos textuais têm suas propriedades e funções definidas no uso, nas situações concretas de interlocução. É a visão de que o funcionamento completo desses processos depende do seu contexto particular. Na mesma direção, assume-se que o funcionamento dos processos textuais está associado aos gêneros, já que os gêneros congregam as ações particulares realizadas por meio de textos, e os processos textuais se configurariam, especificamente, em função das ações realizadas pelos textos em que ocorrem. Assim, prevê-se que cada estudo de um dado processo seja sempre situado no contexto de algum gênero textual.

Um segundo princípio norteador da GTI é a compreensão de que os fatores interacionais envolvidos no intercâmbio verbal são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística. De acordo com tal princípio, a superfície textual exhibe marcas da atividade enunciativa, tornando possível ao analista, pela observação dessas marcas, a apreensão de regularidades do processo de construção textual. Para Jubran (2007, p. 316):

A GTI deve [...] apontar regularidades relacionadas ao processamento dos procedimentos de elaboração do texto, aferindo o caráter sistemático deles pela sua recorrência em contextos definidos, pelas marcas formais que os caracterizam e pelo preenchimento de funções textual-interativas proeminentes que os especificam.

Nesse sentido, nosso método para identificar unidades constituintes de SegTs mínimos considera, dentre outros fatores, a recorrência de tipos iguais de (sub)unidades em partes correspondentes de diferentes SegTs, a presença de marcas formais (como o uso de marcadores discursivos) nas transições entre possíveis (sub)unidades e as funções que essas possíveis (sub)unidades desempenham no desenvolvimento do SegT.

Um terceiro princípio fundamental da GTI é o da gradiência textual-interativa dos fenômenos de construção textual. Como define Jubran (2007), a GTI não dicotomiza as funções textual e interativa, e sim as conjuga, pautando-se por um princípio de gradiência, segundo a dominância de uma ou outra. Concebe-se que, quando um procedimento de construção textual atua preponderantemente na organização informacional do texto, decresce a manifestação das contingências da interlocução. Já quando um procedimento textual apresenta tendência mais acentuada para focalizar a atividade enunciativa, sua funcionalidade no andamento do fluxo informacional passa a segundo plano. Assim, os fenômenos analisados na GTI normalmente são situados em escalas textual-interativas, nas quais um polo abriga elementos predominantemente textuais, outro agrupa elementos prevalentemente interacionais e entre eles, progressivamente, distribuem-se diferentes classes, conforme o grau de projeção das funções textual e interacional.

Com esses princípios como base principal, a GTI estuda o texto, dedicando-se à análise de seus processos de construção, dentre os quais a organização tópica. Esse processo consiste na estruturação do texto em (sub)partes temáticas, compreendendo três procedimentos específicos. Um deles é a instauração de uma rede de tópicos hierarquicamente inter-relacionados, como se vê na Figura 1, pela representação de um texto hipotético composto por um tópico global, que abrangeria três tópicos mais específicos, cada um dos quais constituído por dois tópicos ainda mais específicos:

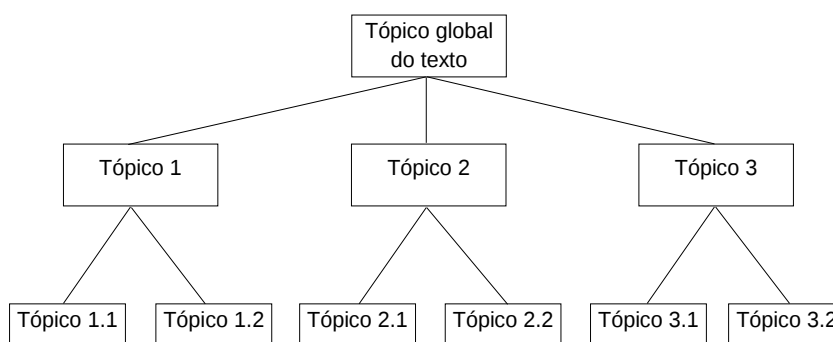


Figura 1: Representação da hierarquização tópica de um texto hipotético.

Outro procedimento é a construção de um grupo de enunciados para desenvolver cada um dos tópicos. Cada grupo constitui uma instância da unidade chamada de *SegT*, um conjunto de enunciados semanticamente concernentes entre si e que focalizam, numa dada porção textual, um dos tópicos do texto – na Figura, os *SegTs* correspondentes aos tópicos 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 3.1 e 3.2 seriam os *SegTs* mínimos. O outro procedimento é a linearização de *SegTs* mínimos, que regula a ordenação sequencial em que são expressos no texto.

Conforme mencionado, são reconhecidos dois níveis de organização tópica: o *intertópico*, o relacionamento entre tópicos e entre *SegTs*, inclusive entre *SegTs* mínimos, e o *intratópico*, a combinação de enunciados dentro de *SegTs* mínimos. Nosso objetivo aqui é mostrar que cartas de redator de jornais paulistas oitocentistas seguiriam uma regra geral de organização intratópica. Como será visto, trata-se de uma regra fundada, em grande medida, em certas combinações de diferentes tipos de atos de fala, o que analisamos por meio da Teoria dos Atos de Fala, de modo integrado a nosso uso da GTI.

O postulado central da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969, 2002) é o de que a linguagem é uma forma de realizar ações no mundo – visão, aliás, adotada pela GTI, o que explicita a compatibilidade teórica entre as duas abordagens.³ A teoria considera que cada enunciado realiza três ações simultaneamente: o ato locucionário, o proferimento de um dado enunciado da língua, com certo conteúdo proposicional; o ilocucionário, a expressão de uma intenção comunicativa básica, como informar, perguntar, ordenar etc.; o perlocucionário, o ato de provocar um efeito no interlocutor.

Considerando o ato ilocucionário como o mais fundamental na realização de ações linguísticas, a teoria propõe diferentes classificações de categorias básicas de atos ilocucionários – também referidas simplificadaamente como *categorias de atos de fala*. Uma das classificações, adotada aqui, é a de Searle (2002), que distingue cinco categorias de atos: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos (no contexto deste trabalho, os quatro primeiros são relevantes).

Essas categorias distinguem-se principalmente por três parâmetros: propósito ilocucionário, direção de ajuste entre palavra e mundo, estado psicológico expresso. O primeiro é o objetivo do falante ao realizar o ato de fala, em termos de alteração da realidade ou de alteração de sua relação com o ouvinte. A direção de ajuste distingue atos com a função de fazer as palavras corresponderem ao mundo, a direção *palavra-mundo* (como num ato que relata uma situação pré-existente), e atos que procuram fazer o mundo corresponder às

³ A esse respeito, cf. Jubran (2006a), que arquiteta a GTI como uma integração de princípios da Linguística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática, esta última incluindo a Teoria dos Atos de Fala. Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.77-97/2020

palavras, a direção *mundo-palavra* (como numa ordem). O estado psicológico remete à atitude do falante quanto ao conteúdo proposicional expresso no ato.

Tendo em vista esses parâmetros, os assertivos são definidos como atos nos quais o propósito é o de *comprometer o falante com a verdade do conteúdo proposicional*, a direção de ajuste é *palavra-mundo* e o estado psicológico expresso é o da *crença*. Incluem atos como informar, comunicar, certificar, relatar, descrever (pertencentes, para nós, ao que se poderia considerar como o domínio da *exposição*), assim como avaliar, concluir, deduzir, sintetizar etc. (pertencentes ao que seria o domínio da *avaliação*), dentre outros.

Os diretivos são atos com o propósito de *levar o interlocutor a fazer algo*, a direção de ajuste *mundo-palavra* e o estado psicológico do *desejo*, compreendendo atos como perguntar, ordenar, pedir, suplicar, sugerir etc. Os compromissivos têm o propósito de *comprometer o falante com uma linha futura de ação*, apresentam a direção de ajuste *mundo-palavra* e expressam *intenção*, incluindo ações como prometer, comprometer-se, assegurar etc. Os expressivos têm o propósito de *expressar sentimentos do falante*. Como seu foco não recai sobre um conteúdo proposicional (mas sobre sentimentos do falante), a direção de ajuste *não se aplica*. Os estados psicológicos são *variados*, dependendo do sentimento expresso. Exemplos são desculpar-se, agradecer, prestar condolências etc.

Segundo a teoria, as línguas apresentam uma classe de verbos – chamados de *performativos* – capazes de explicitar a força ilocucionária de um enunciado. São exemplos verbos como *informar, comunicar, avaliar, perguntar, ordenar, pedir, prometer, jurar, agradecer* etc. Pronunciados no presente, na primeira pessoa, esses verbos realizam – e não apenas descrevem – a ação que significam. Normalmente, os enunciados podem conter explicitamente verbos performativos (*Comunico que José chegou*), ou estes podem ser reconhecidos como estando implícitos (*José chegou*).

Com base, então, nos pressupostos acima sintetizados, procedemos, na próxima seção, à análise da organização intratópica de cartas de redator.

2. ANÁLISE DE DADOS

As cartas de redator aqui analisadas foram extraídas do corpus organizado pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (CASTILHO, 1998), particularmente do material organizado por Barbosa e Lopes (2006), que reúnem 118 cartas de redator publicadas em jornais paulistas no século XIX.⁴ Analisando essa amostra, apuramos que 68,5% dos

⁴ Material disponível em <<<https://sites.google.com/site/corporaphpb>>>. Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.77-97/2020

exemplares (81/118 cartas) seguem um mesmo padrão intratópico. Considerando tratar-se de uma regularidade percentualmente expressiva, assumimos esse padrão como uma regra geral de organização intratópica no material analisado.⁵

Segundo essa regra, as cartas podem conter até três unidades intratópicas, que rotulamos de *Contextualização Tópica*, *Comunicação Tópica* e *Discussão Tópica*, as quais se organizam nessa ordem sequencial, sendo a segunda obrigatória e as outras, opcionais.

A Comunicação é uma unidade com a função geral de dirigir uma mensagem aos leitores, normalmente sobre a editoração do jornal ou sobre o funcionamento da empresa que o produz. Especificamente, é uma unidade pela qual o redator dirige-se aos leitores para, acerca de uma ou outra dessas temáticas, (i) comunicar fatos, (ii) fazer solicitações ou sugestões, (iii) firmar compromissos ou (iv) expressar sentimentos (pedido de desculpas, agradecimento ou congratulação). Por vezes, duas ou mais dessas funções específicas coocorrem numa unidade de Comunicação.

A Contextualização é uma parte inicial da carta, que cumpre a função de fornecer informações de fundo que contribuem para viabilizar a transmissão de mensagem feita na Comunicação. Já a Discussão exerce a função de discutir e defender um posicionamento do jornal sobre algum elemento da mensagem veiculada na Comunicação.

A Comunicação seria a unidade fundamental das cartas, em termos de desenvolvimento tópico, o que se pode depreender por estar presente em todas as 81 cartas constituintes do padrão em pauta, enquanto as outras duas unidades são opcionais, e porque essas outras duas a pressupõem, como suas definições indicam.

A carta em (2) é inteiramente constituída pela unidade de Comunicação:

- (2) As assignaturas para o Farol Paulistano, e a venda do mesmo, farse hão d'ora em diante na mesma casa, onde trabalha a typographia, rua de São José número 33 e ahi acharão os Senhores que quizerem subscrever ou tractar de qualquer objecto relativo a esta folha, as pessoas que estão para isso autorisadas (Farol Paulistano, 25/04/1827).

Essa carta comunica aos leitores o local para assinatura e venda do jornal e para tratamento de assunto relativo ao periódico, realizando, assim, o que consideramos como a função de comunicar fatos, no caso, sobre o funcionamento da empresa. Esse comunicado

⁵ As 81 cartas do padrão identificado também exibem o traço da unicidade intertópica, isto é, cada carta contém um único tópico, expresso num único SegT mínimo. Desse modo, a análise de cada instância de organização intratópica coincide com a análise de uma carta inteira. Assim, por simplificação redacional, ao analisarmos cada exemplo, falamos em termos de organização da própria carta inteira, embora a unidade em foco seja o SegT mínimo.

toma a carta inteira, e, desse modo, consideramos que a carta conteria unicamente a unidade de Comunicação. As cartas de (3) a (5) também contêm apenas essa unidade:

- (3) Rogamos aquelles dos nossos assignantes do interior que nos estão a dever suas assignaturas o obzequio de mandar satisfazel-as; assim como igualmente rogamos áquelles que estão com suas assignaturas findas, ou quasi a findar hajão de mandar renovel-as para não haver demora na remessa (Correio Paulistano, 1855).
- (4) Asseguramos ao communicante supra que publicaremos a exposição do facto a que allude, uma vez que seja escripta em linguagem decente embora energica, e que venha acompanhada da responsabilidade legal (Correio Paulistano, 1855).
- (5) Pedimos desculpa aos nossos assignantes pela irregularidade com que tem sido feita ultimamente a publicação deste jornal, e que tem succedido em consequencia de falta de papel, cuja encommenda se fez para o Rio há um mez. Podemos porem assegurar aos nossos assignantes, que d' hora avante haverá regularidade na publicação do Correio PAULISTANO (Correio Paulistano, 22/05/1855).

Essas três cartas realizam a função geral da Comunicação de dirigir uma mensagem aos leitores sobre a editoração do jornal ou sobre o funcionamento da empresa. Especificamente, a primeira delas dirige aos leitores uma solicitação a respeito do pagamento de suas assinaturas; na segunda, o redator compromete-se a publicar determinada matéria; a terceira expressa um pedido de desculpas pela irregularidade na publicação do periódico e firma o compromisso de regularidade de publicação a partir de então. Já a correspondência em (1), repetida em (6), apresenta Comunicação e Discussão:

- | | | |
|-----|---|-------------|
| (6) | Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algunmas incorrecções que tem apparecido nesta folha. D' ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados. | 1
2
3 |
| | Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer (Correio Paulistano, 07/07/1854). | 4
5 |

Nas linhas 1-3, o redator dirige um pedido de desculpas aos leitores e firma com eles um compromisso sobre incorrecções que teriam ocorrido no jornal. Já nas linhas 4-5, expressa uma posição a respeito do assunto, avaliando que as incorrecções resultariam da alta carga de trabalho decorrente da produção diária do periódico e que só o hábito e o tempo resolveriam o problema. Desse modo, analisamos a primeira parte como Comunicação e a segunda, como Discussão. A diferença entre as duas partes torna-se aliás perceptível pela comparação dessa carta com aquela em (5), que, em toda sua extensão, é muito semelhante à primeira parte da carta em (6), não dispondo, todavia, de uma seção extra avaliativa. A correspondência em (7) também contém Comunicação e Discussão:

- | | | |
|-----|--|--------|
| (7) | Aos leitores recommendamos um annuncio que vai inserto na secção competente desta folha, sobre artigos para o carnaval. | 1
2 |
| | Esses artigos são verdadeiras novidades entre nós, como tivemos ocasião de ver pelas amostras que nos enviaram, e acham-se á venda em todas as casas de armarinho (A Platéia, 03/02/1900). | 3
4 |

As linhas 1-2 sugerem aos leitores um anúncio sobre produtos para o carnaval e, por veicular essa sugestão, efetivariam a unidade de Comunicação. Já as linhas 3-4 avaliam os referidos produtos e portariam, assim, o estatuto de Discussão. A carta em (8), por sua vez, permite observar a unidade de Contextualização, juntamente com a de Comunicação:

- | | | |
|-----|---|-------------|
| (8) | Tem feito bastante bulha no Rio de Janeiro o chamamento da Astréa a Jurados, por causa da correspondencia assignada = Espreitor = que nós transcrevemos innocentissimamente em nossa Folha, julgando-a, como ainda a julgamos innocentissima. | 1
2
3 |
| | No proximo seguinte Número seremos mais extensos sobre este objecto de muito publico, muito geral, e muito transcendente interesse (Farol Paulistano, 15/12/1827). | 4
5 |

Aqui, nas linhas1-3, o redator do jornal relata a repercussão da convocação de outro periódico a júri. Em seguida, nas linhas 4-5, devido à relevância do assunto, compromete-se a oferecer uma abordagem mais extensa a respeito, em número futuro do jornal. Ou seja, o primeiro trecho expõe um contexto que justificaria a mensagem sobre a editoração do jornal transmitida no segundo. Assim, esses trechos constituiriam Contextualização e Comunicação respectivamente. A carta em (9) também mostra essas duas unidades:

- | | | |
|-----|--|------------------|
| (9) | Pàra em nosso poder uma correspondencia, cujo illustre Autor se intitula = Inimigo de quem ralha... ... = que não inserimos por não vir com os requisitos precisos para nos desligarem de toda a responsabilidade, e por outros motivos que de viva voz estamos promptos a communicar, a quem vier recebêl a de nossa mão. | 1
2
3
4 |
| | Por ocasião d'isto prevenimos a todos os Senhores, que se dignarem dirigir-nos suas correspondencias, e que não forem particularmente de nós conhecidos, que fação reconhecer as suas assignaturas, ou no mesmo papel que contiver a correspondencia, ou em outros avulso (Farol Paulistano, 25/04/1827). | 5
6
7
8 |

As linhas 1-4 introduzem a questão da necessidade da assinatura dos autores para a publicação de cartas de leitor, mediante o relato da não-publicação de uma carta específica por falta de assinatura (e por outras razões). As linhas seguintes, então, dirigem aos leitores uma mensagem a esse respeito, orientando que as correspondências sejam encaminhadas com as devidas assinaturas. Assim, a carta conteria Contextualização (1-4) e Comunicação (5-8). Nessa carta, inclusive, a parte que interpretamos como Comunicação é introduzida pela expressão “Por ocasião d’isto”, a qual explicitaria que o trecho aí iniciado tomaria o trecho Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.77-97/2020

anterior como um contexto de base, em relação ao qual o jornal está dirigindo uma mensagem ao leitor. Em (10) segue uma carta com as três unidades em pauta:

(10)	O CORREIO PAULISTANO mudou de redacção. Os novos escriptores possuindo todos os elementos para discutirem convenientemente os interesses publicos, e livres da influencia do poder, encelão hoje a sua missão cheios de vida e confiança no concurso dos paulistas, afins de espantar-se a esterelidade que vae dominando a nossa época.	1 2 3 4
	Nestas circunstancias fazem um appello ao patriotismo e dedicação dos seus amigos do interior afin de que lhes forneção todas as noticias que por sua natureza devão ser levadas ao conhecimento do governo provincial, de modo a tornar-se a folha um verdadeiro órgão dos interesses publicos.	5 6 7 8
	Na actualidade, em que as discussões políticas estão paralisadas, e que não convem mesmo despertar-as, parece occasião opportuna de discutir-se os melhoramentos publicos, bem como os actos ao funcionarios, que aproveitando-se do marasmo da imprensa pôdem encelar o caminho livre da inercia e do arbitrio (Correio Paulistano, 29/07/1857).	9 10 11 12

Nas linhas 1-4, expõe-se um fato, no caso, a mudança da redação do jornal e o início do trabalho de novos escritores. Em seguida, linhas 5-8, comunica-se que, dado o fato exposto, os referidos novos escritores solicitam que os cidadãos do interior forneçam-lhes notícias para publicação. Assim, o primeiro e o segundo trechos constituiriam Contextualização e Comunicação, respectivamente – também aí, uma expressão (“Nestas circunstancias”) indicaria que o trecho seguinte tomaria o anterior como contexto. Por fim, linhas 9-12, o texto conteria uma avaliação sobre o pedido comunicado, a qual defenderia a importância do debate de questões de interesse público, instaurando a Discussão.

Como estamos assumindo, cada uma das unidades em pauta caracteriza-se por sua função no desenvolvimento do tópico. A Comunicação realiza o que seria a função central da carta: *dirigir uma mensagem aos leitores sobre o jornal*. Contextualização e Discussão cumpririam funções complementares, respectivamente: *fornecer informações necessárias para a transmissão da mensagem* e *discutir a mensagem*. Nesse sentido, um traço fundamental da Comunicação, que contribui para diferenciá-la das outras unidades, é que ela estabeleceria o que se pode considerar como uma *interlocução mais direta com o leitor*.

A distinção entre a transmissão da mensagem aos leitores (caracterizada por essa interlocução mais direta), por um lado, e a contextualização e a discussão da mensagem, por outro, parece decorrer, em grande medida, do uso de uma ou outra de duas estratégias. A primeira consiste na distinção entre unidades mediante uma oposição entre categorias básicas de atos de fala: a Comunicação é composta por atos diretivos e/ou compromissivos e/ou expressivos, enquanto Contextualização e Discussão compõem-se por assertivos.

A carta em (6) ilustra essa primeira estratégia. As linhas 1-3, que constituiriam a Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.77-97/2020

Comunicação, são formadas por um ato expressivo de pedido de desculpas (“Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algumas incorrecções que tem apparecido nesta folha.”) e por um ato compromissivo (“D’ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser publicados.”). A força ilocucionária expressiva é perceptível pela construção “pedimos desculpas”. A força compromissiva pode ser identificada pela pertinência de se reconhecer o propósito comunicativo do locutor de se comprometer, perante o leitor, a realizar uma ação futura, o que fica evidente pela possibilidade de acréscimo de um verbo performativo prototipicamente compromissivo no início do ato (“[Prometemos que] D’ora em diante haverá todo cuidado [...]).

Em contrapartida, as linhas 4-6, que formariam uma Discussão, são compostas por atos assertivos, o que se pode assumir pela plausibilidade de se reconhecer aí o propósito de comprometer o locutor com a verdade dos conteúdos expressos, por exemplo, com a verdade de um jornal diário, em seu começo, realmente acarretar muito trabalho. Também a direção de ajuste é de assertivos (palavra-mundo), como se vê pela possibilidade de se interpretar o trecho como uma representação (por palavras) de situações que previamente ocorreriam no jornal (mundo) – como a referida situação de o jornal acarretar muito trabalho. Ainda confirmaria a natureza assertiva dos atos a pertinência do acréscimo de verbo performativo assertivo no início dos atos (“[Avaliamos que] Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo [...]”).

As cartas em (7), (8) e (9) acima também ilustram essa primeira estratégia. Em (7), observa-se uma unidade de Comunicação formada por um ato diretivo que sugere a leitura de um anúncio do jornal *versus* uma Discussão composta por um assertivo que avalia o produto abordado no anúncio. A carta em (8) exhibe Contextualização e Comunicação. A primeira unidade é formada por assertivos que expõem uma situação (a repercussão da convocação de determinado periódico a júri), sobre a qual a segunda unidade, por um ato compromissivo, veicula uma promessa ao leitor (uma abordagem futura mais extensa sobre a matéria). Em (9) ocorrem igualmente essas duas unidades. A Contextualização também expõe, por atos assertivos, uma situação (a não publicação de determinada carta, por falta de assinatura do autor e outros motivos), diante da qual a Comunicação, por um ato diretivo, dirige uma recomendação aos leitores (que assinem as cartas).

Para nós, nas cartas de redator, atos diretivos, compromissivos e expressivos, em oposição aos assertivos, são empregados de modo a firmar uma interlocução mais direta com o leitor, instaurando, assim, a parte da carta que irá funcionar como a Comunicação com ele.

A nosso ver, pode-se considerar que os três primeiros tipos de atos portariam um *teor interacional maior* que o dos assertivos, e essa propriedade, no caso das cartas de redator, seria tomada como meio para o estabelecimento da interlocução mais direta.

Acerca desse *maior teor interacional*, observe-se que os diretivos, sendo atos pelos quais o falante tenta levar o ouvinte a realizar uma ação, implicam diretamente o envolvimento falante-ouvinte. Nas cartas de redator, os diretivos normalmente tratam de *solicitações ou sugestões que o redator faz aos leitores*, como o pagamento de assinaturas ou a leitura de certas matérias. Pelos compromissivos, o falante firma um compromisso para com o ouvinte, colocando em foco justamente a relação falante-ouvinte. Nas cartas, por esses atos, *o redator compromete-se a realizar certos procedimentos editoriais para os leitores*, como publicar determinadas matérias. Os expressivos emitem sentimentos do falante, incluindo justamente sentimentos em relação ao ouvinte. Nas cartas, manifestam *pedidos de desculpas, agradecimentos ou congratulações do redator para com os leitores*.

Por outro lado, os assertivos não envolveriam o interlocutor no mesmo grau com que o fariam os três tipos anteriores. Deve-se admitir, é verdade, que os assertivos também pressupõem envolvimento entre interlocutores. Várias teorias que tratam da interação verbal mostram que o uso da linguagem é sempre situado no âmbito da relação falante-ouvinte. É o caso Gramática Funcional de Dik (1989), para quem o falante formula expressões linguísticas (inclusive assertivos) para, dentre outros fins, promover modificações na informação pragmática do ouvinte. Também se pode evocar o dialogismo de Bakhtin (1992), no qual toda manifestação linguística é concebida como um diálogo entre interlocutores. Porém, os assertivos não requerem uma ação do ouvinte, como fazem os diretivos, não instauram um compromisso do falante perante o ouvinte, como é o caso dos compromissivos, nem manifestam um sentimento do falante para com o ouvinte, como fazem certos expressivos. Na verdade, os assertivos comprometem o falante com a verdade de seu próprio enunciado, sendo, pois, atos centrados mais no próprio falante, nos quais a alusão ao relacionamento interpessoal seria menos focalizada.

Hengeveld *et al.* (2007), também no âmbito do funcionalismo, fazem uma distinção entre dois grupos de ilocuções (categoria correspondente à de força ilocucionária), a qual aponta na mesma direção da distinção que fazemos aqui. Em um grupo, os autores reúnem as ilocuções interrogativa e imperativa (que corresponderiam aos atos diretivos), classificando-as como ilocuções *comportamentais*; no outro grupo, colocam a ilocução declarativa (correspondente aos assertivos), tratando essa categoria como ilocução *de conteúdo*. Trata-se,

assim, de uma concepção à qual se assemelha a nossa visão dos diretivos (juntamente, para nós, com os compromissivos e os expressivos) como atos que remetem à interação falante-ouvinte com ênfase maior do que ocorre nos assertivos.

Nosso entendimento de que seria possível reconhecer uma diferença de teor interacional entre tipos de atos de fala assenta-se no princípio da gradualidade textual-interativa entre fenômenos linguísticos. Esse princípio é evidente, por exemplo, na tipologia de parênteses da GTI, que contempla desde parênteses pouco interacionais aos fortemente interativos, conforme focalizem a elaboração tópica, o locutor, o interlocutor e o ato comunicativo, nessa ordem. O princípio se observa também na caracterização de Marcadores Discursivos, na qual se assume que as expressões linguísticas podem ser *fragilmente*, *secundariamente* ou *basicamente orientadoras da interação*. Nossa distinção entre atos de fala mais e menos interacionais estaria alinhada a esse princípio da GTI.

O traço *basicamente orientador da interação*, o mais interacional da caracterização de Marcadores Discursivos, aplica-se a expressões com a função de checagem interacional, injunção, interpelação, iniciação ou retroalimentação, categorias que exibem significativa aproximação ao grupo de atos aqui entendidos como mais interacionais. A checagem é definida como a tentativa do falante de instaurar a *aprovação do interlocutor* para o prosseguimento da interação verbal (aparecendo em expressões como *entende?*, *né?*, *sabe?* etc.). A injunção trata da tentativa de obtenção do *envolvimento do interlocutor* com a interação (ocorrendo em itens como *olha*, *olhe*, *veja bem* etc.) A interpelação consiste em chamar a *atenção do interlocutor* para a interação (verifica-se no caso de vocativos). Assim, são funções que guardam relação com o propósito dos atos diretivos de levar o ouvinte a realizar uma ação (expressões com as duas primeiras funções, inclusive, exibem a forma, respectivamente, de atos interrogativos e imperativos, ambos diretivos). A iniciação, sendo a função de manifestar a *predisposição favorável do locutor a participar da interação* (*bem e bom*), aproxima-se do propósito dos compromissivos, que é expressar a intenção do locutor de realizar uma ação. A retroalimentação, que é a *manifestação do locutor de seu envolvimento com a interação verbal* (*ahn ahn*, *hum*, *sei* etc.), assemelha-se, pois, ao propósito do falante de expressar sentimentos, caracterizador dos atos expressivos.

Enfim, nossa análise é a de que a oposição entre atos diretivos, compromissivos e expressivos, por um lado, e assertivos, por outro, constitui um mecanismo para distinção entre unidades intratópicas nas cartas de redator em pauta, na medida em que, relativamente a este último, os três primeiros tipos portariam um maior teor interacional, traço que, nas cartas,

seria tomado como meio para o estabelecimento de uma interlocução mais direta com o leitor, a qual seria essencial para caracterizar a função de transmitir uma mensagem aos leitores e a opor às funções de contextualizar e discutir essa mensagem. Essa oposição entre categorias básicas de atos de fala seria uma primeira estratégia para distinção entre unidades intratópicas nas cartas.

A segunda estratégia assenta-se em certa oposição entre atos de fala (embora de modo menos evidente do que na primeira) e em uma diferença de grau de explicitude de referência ao tópico da carta: toda a carta é formada por assertivos, sendo a Comunicação e a Contextualização compostas por assertivos expositivos e a Discussão, por assertivos avaliativos; a Comunicação e a Contextualização diferenciam-se entre si pelo fato de a primeira manifestar maior grau de explicitude de referência ao tópico da carta.

A carta em (11), que teria Comunicação (linhas 1-2) e Discussão (linhas 3-4), ilustra essa segunda estratégia, no que se refere à distinção entre essas duas unidades:

- | | | |
|------|---|--------|
| (11) | Encetamos hoje a publicação do admirável romance OS REIS NO EXILIO, de Alphonse Daudet, o glorioso artista de “Sapho”. | 1
2 |
| | Estamos certos de que os leitores hão de apreciar devéras a magnífica obra de um dos mais laureados escriptores deste seculo (A Noite, 18/07/1899). | 3
4 |

Embora contenha as qualificações “admirável” e “glorioso”, o primeiro ato pode ser entendido como predominantemente expositivo, dentre outros fatores porque esse caráter manifesta-se na maioria dos constituintes da sentença que o realiza e, inclusive, nos elementos essenciais da estrutura sintática da sentença (“Encetamos a publicação do romance OS REIS NO EXILIO”). Ademais, seria pertinente o acréscimo de um performativo expositivo ao enunciado (“[Informamos que] Encetamos hoje [...]”), ao passo que o acréscimo de performativo avaliativo não resultaria em leitura plausível (“[Avaliamos que] Encetamos hoje [...]”). Já o estatuto avaliativo do trecho seguinte seria evidenciado pela construção opinativa “Estamos certos de que”, base sintática da sentença que preenche o trecho, assim como pela maior plausibilidade interpretativa do acréscimo de verbo performativo avaliativo (“[Avaliamos que] Estamos certos de que [...]”), em oposição ao acréscimo de performativo expositivo (“[Informamos que] Estamos certos de que [...]”).

Nessa segunda estratégia de distinção de unidades, para a instauração de uma interlocução mais direta com o leitor, as cartas tomariam como meio, no caso da diferenciação entre Comunicação e Discussão, exatamente o emprego de assertivos expositivos em oposição a avaliativos. Nas cartas, um segmento que “apenas” expõe uma informação parece ter como

Cadernos da Fucamp, v.19, n.39, p.77-97/2020

função precípua *transmitir tal informação ao leitor*. Em comparação, um segmento subsequente que avalia a informação exposta já parece cumprir uma *função extra* de *expressar a opinião do redator acerca da informação exposta*. A exposição cumpriria a função, em si, de prover o leitor com determinada informação. A partir daí, a avaliação cumpriria uma função adicional de expressar a opinião *do redator*, assim como o leitor também poderia formar sua própria posição acerca do assunto, a qual poderia coincidir ou não com o posicionamento do redator, e assim por diante.

A visão de que, nas cartas, o segmento expositivo é que constituiria a mensagem central a ser transmitida estaria assentada principalmente no fato de que, em nosso material, é comum o caso em que a carta é formada por uma única sentença – situação em que (normalmente) não é pertinente reconhecer diferentes unidades intratópicas –, e essa sentença comporta apenas ato assertivo expositivo, enquanto o material não oferece nenhuma carta formada apenas por assertivo avaliativo. Ou seja, nas cartas, um segmento expositivo comumente é utilizado com autonomia comunicativa, sendo capaz de sozinho compor uma carta, enquanto segmentos avaliativos não são assim empregados. Seguem exemplos de cartas inteiras constituídas por segmentos (predominantemente) expositivos:

- (12) Chegou às nossas mãos remetida do Rio de Janeiro uma Correspondencia do *Senhor* = Espreitador = que não inserimos por não trazer os requisitos necessarios para nos desonerarem da responsabilidade (Farol Paulistano, 02/05/1827).
- (13) Podemos affiançar ao respeitavel público, que esta Correspondencia váe fielmente tal qual nós foi entregue (Correio Paulistano, 14/01/1830).
- (14) Declaramos em homenagem á verdade, que o Senhor J. R. de Toledo e Silva, não é autor de escripto algum publicado no Correio Paulistano (Correio Paulistano, 07/10/1854).
- (15) Rectificando uma noticia dada hontem pelo nosso collega *A Nação* temos a informar aos nossos leitores que a fazenda do “Guatapará” de propriedade do doutor Martinho Prado, foi vendida a um syndicato hollandez pela quantia de 10.500 contos reservando o vendedor a colheita actual, e que a escriptura será passada logo que tiver concluida a colheita (*A Noite*, 30/04/1898).

Quando uma carta não é passível de divisão em mais de uma unidade intratópica (o que seria o caso desses exemplos, cada um constituído de uma única sentença), entendemos que a única unidade reconhecível (coincidente com a própria carta inteira) seria a Comunicação (não poderia ser qualquer uma das outras duas, pois ambas pressupõem a ocorrência da Comunicação). Os exemplos acima ilustram, pois, a possibilidade da formulação de cartas constituídas somente pela Comunicação, composta apenas por assertivos expositivos. Ocorrências desse tipo indicariam que, quando uma carta contiver um segmento

expositivo e outro avaliativo, provavelmente o primeiro estará estabelecendo a interlocução mais direta com o leitor e, assim, cumprindo a função essencial de dirigir-lhe uma mensagem, sendo o segundo complementar ao primeiro.

Ainda quanto à segunda estratégia de distinção de unidades, agora no que diz respeito à diferenciação entre Contextualização e Comunicação, a instauração da interlocução mais direta com o leitor, particularizadora da Comunicação, decorreria da expressão, na construção do texto, de referências mais diretas, mais explícitas, ao tópico *versus* a expressão de referências mais indiretas, mais implícitas, que caracterizariam a Contextualização. O fato de uma parte do SegT referir-se ao tópico mais diretamente que outra a estabeleceria, em oposição a essa outra, como mais central no desenvolvimento do tópico e, assim, como veiculadora de uma mensagem principal a ser transmitida.

O SegT em (10) acima ilustra o caso. O texto todo é constituído de atos assertivos. As linhas 1-9 contêm assertivos expositivos e as linhas 10-13, assertivos avaliativos. Essa diferença permitirá situar a unidade de Comunicação no primeiro trecho e interpretar o segundo como Discussão. A diferenciação em termos de explicitude de referência ao tópico, para distinção entre Contextualização e Comunicação, atuaria no primeiro trecho.

Segundo nossa leitura, o tópico do SegT em (10) poderia ser sintetizado como *O fornecimento de notícias ao jornal para publicação e promoção do debate público*, por ser esse o tema comum abordado em todo o texto, como se vê em passagens como “elementos para discutirem convenientemente os interesses publicos” (no início da carta), “forneção todas as noticias que por sua natureza devão ser levadas ao conhecimento do governo provincial” e “um verdadeiro órgão dos interesses publicos” (linhas intermediárias), assim como “as discussões políticas estão paralisadas”, “ocasião oportuna de discutir-se os melhoramentos públicos” e “marasmo da imprensa” (linhas finais).

Considerando tal tópico, pode-se traçar uma distinção entre o trecho nas linhas 5-8, onde esse tópico é explicitamente expresso, e o trecho nas linhas 1-4, onde é abordado mais indiretamente, pela referência a uma *razão* para o fornecimento de notícias. É nesse sentido que entendemos que o trecho nas linhas 5-8 instauraria uma interlocução mais direta como o leitor, funcionando como Comunicação, enquanto o outro trecho seria a Contextualização.

O exemplo em (16) abaixo também ilustra esse modo de distinção entre Contextualização e Comunicação, bem como a distinção entre esta e a unidade de Discussão, tudo no contexto do segundo tipo de distinção entre unidades aqui descrito:

(16)	Vicente França Carvalho, o bom e distinto companheiro desde a fundação do nosso periodico, foi-se, deixando-nos sós, com os olhos embaciados de lagrimas, a traducção da saudade, que nos vai pelo coração. Também deixou-nos Torquato Pinto Gonçalves, o nosso redactor.	1 2 3
	Então, enluctados com a ausencia dos antigos companheiros, chamámos á nossa pequenina tenda de combate dous novos lidadores, duas novas intelligencias na lucta pelo saber e pelo amor á Patria. São elles: Valdomiro Silveira e Ermeliano Leão, o bom collega, que já nos tem honrado com a sua collaboração.	4 5 6 7
	Phase nova e promissora de felicidades — eis o que esperamos da sua boa companhia na redacção modesta d' A Opinião (A Opinião, 01/09/1889).	8 9

A carta toda é formada de assertivos, sendo, em predominância, expositivos os atos nas linhas 1-7 e avaliativo o ato nas linhas 8-9. Considerando que o tópico seja *O convite de dois novos membros para a redacção do jornal*, pode-se dividir a parte expositiva em duas: o trecho nas linhas 4-7, que diretamente relata a própria realização do convite, e o trecho nas linhas 1-3, que expõe razões para o convite. Assim, reconhecemos nas linhas 1-3, 4-7 e 8-9 as unidades de Contextualização, Comunicação e Discussão respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a organização intratópica de cartas de redator de jornais paulistas oitocentistas. Procuramos demonstrar que o processo segue uma regra geral, que prevê a construção de uma unidade de Comunicação Tópica, a qual pode ser precedida por uma unidade de Contextualização e/ou seguida por uma unidade de Discussão. O mecanismo de distinção entre essas unidades envolveria a oposição entre diferentes tipos de atos de fala e entre diferenças de grau de explicitude de referência ao tópico da carta.

No que diz respeito ao estudo da organização intratópica, o artigo indica, portanto, que, de fato, esse processo seria sistemático, cada gênero (ou modalidade de gênero) textual seguindo uma regra geral. O trabalho, assim, integra-se ao levantamento de diferentes regras com as quais os falantes lidam na construção e na interpretação de textos.

Cada novo gênero descrito propicia resultados que colaboram para se entender melhor o próprio gênero, bem como propriedades gerais da organização intratópica. Uma questão relevante a ser equacionada diz respeito ao domínio de funcionamento linguístico ao qual se aplicam as regras gerais: se a cada gênero particular ou se a modalidades de gêneros. A regra aqui descrita parece bastante específica do gênero em análise. Por outro lado, como mostram Garcia (2018) e Hanisch (2019), gêneros tipicamente argumentativos, como editoriais e artigos de opinião, compartilhariam uma mesma regra. A descrição de novos gêneros, tanto de tipos diferentes, quanto de um mesmo tipo (por exemplo, gêneros narrativos), pode oferecer

elementos para a questão.

Também parece crucial a descrição dos diferentes recursos linguísticos empregados, em gêneros diversos, para a distinção de unidades intratópicas. Os gêneros já descritos manifestam, em comum, a propriedade de exibir unidades que realizam funções no desenvolvimento do tópico. Por outro lado, têm sido identificados diferentes recursos para executar essas funções. Garcia (2018) e Hanisch (2019), avaliando editoriais e artigos de opinião, detectam o recurso da oposição entre referenciação tematicamente genérica *versus* específica como forma de distinguir unidades. Já Oliveira (2016) constata a oposição entre tipos textuais (expositivo, argumentativo e injuntivo) na base da diferenciação de unidades em cartas de leitor. Aqui, observamos a oposição entre tipos de atos de fala e entre formas de referenciação tópica como mecanismo intratópico. A análise de um conjunto maior de gêneros deve propiciar pistas para a compreensão da relação entre esses recursos linguísticos e de seu papel no processo de organização intratópica.

No que tange à história do português, o artigo oferece dados a serem comparados com outras descrições. Silva (2011), ao analisar a história de editoriais, observa que cartas de redator fariam parte de um grupo de tipos de textos relacionados entre si que estaria na base do desenvolvimento de uma série de gêneros textuais atuais, como o editorial. Como se pode notar em diversos jornais brasileiros atuais, e como mostra Garcia (2018) acerca de jornais paulistas, os editoriais contemporâneos são textos fortemente argumentativos, que veiculam o posicionamento do jornal sobre determinado tema. Nesse sentido, seria pertinente uma hipótese segundo a qual a unidade de Discussão Tópica de cartas como as aqui analisadas poderia ter sido uma forma de manifestação linguística que os redatores teriam visto como um canal para expressão de seus posicionamentos para os leitores, podendo estar entre os usos linguísticos que teriam fomentado o desenvolvimento, ou a consolidação, de gêneros jornalísticos essencialmente argumentativos como o editorial. Trata-se de uma hipótese para cuja avaliação os dados aqui descritos podem vir a contribuir.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BARBOSA, A.; LOPES, C. (Orgs.). *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores e cartas de redatores*. Rio de Janeiro: UFRJ; FAPERJ, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CASTILHO, A. T. (Org.) *Para a história do português brasileiro*. v. I. Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998.

DIK, S. *The theory of Functional Grammar: the structure of the clause*. Dordrecht-Holland, Providence RI-USA: Foris Publication, 1989.

GARCIA, A. G. *Estudo do processo de organização tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI*. 277f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). UNESP, São José do Rio Preto, 2018.

HANISCH, C. V. *O processo de organização tópica em artigos de opinião de alunos da Universidade Federal do Acre – Câmpus Floresta*. 467f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). UNESP, São José do Rio Preto, 2019.

HENGVELD, K. et al. Basic illocutions in the native languages of Brazil. *Alfa*, v. 51, p. 73-90, 2007.

JUBRAN, C. C. A. S. A Perspectiva Textual-Interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a, p. 27-36.

_____. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006b, p. 89-132.

_____. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T. et al. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007, p. 313-327.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil – v. I: Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

OLIVEIRA, G. A. *Estudo do processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 194f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). UNESP, São José do Rio Preto, 2016.

PENHABEL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 168f. Tese (Doutorado em Linguística). UNICAMP, Campinas, 2010.

SEARLE, J. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expressão e Significado: estudo da teoria dos atos de fala*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, S. S. *O percurso sócio-histórico de uma tradição discursiva: da carta ao editorial*. 274f. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.